

## “Sempre no coletivo”<sup>1</sup>: a resignificação como posicionamento contra-hegemônico – uma entrevista com Julia Lourenço

Livia Falconi-Pires  
Centro Universitário Central Paulista

Lauro Damasceno  
Universidade Federal de São Carlos (PPGL/CAPES)

### Introdução

Com uma rota acadêmica que flutua entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade do Estado de São Paulo (USP), Julia Lourenço Costa, desde a graduação, tem os olhos abrilhantados pelos estudos discursivos, entrelaçando, sempre, Semiótica com Análise do Discurso. Feminista declarada, a paulistana organiza em 2019, ao lado do Prof. Dr. Roberto Baronas, o então supervisor de pós-doutorado na UFSCar, o livro *Feminismos em Convergências: Discurso, Internet e Política*, publicado pela Grácio Editor em 2020, sendo esse um dos marcos iniciais da parceria com a linguista Marie-Anne Paveau, quando da publicação do capítulo *Feminismos 2.0. Usos tecnodiscursivos da geração conectada*, com tradução também da Profa. Julia Lourenço.

Os trabalhos franco-brasileiros subsequentes evidenciam a potência desta parceria acadêmica e amizade, visto que não foram poucas as publicações e tampouco passaram despercebidas. Essa frutífera relação se manifesta também no lançamento da tradução de *L'analyse du discours numérique: Dictionnaire des formes et des pratiques* (Hermann,

---

<sup>1</sup> Em autógrafa no exemplar de “Resignificação em Contexto Digital” de um dos autores, concedido em junho de 2022, em São Carlos, Julia Lourenço assina “(Res)significar / (Re)existir / Sempre no coletivo! Julia / jun. 2022”, daí a motivação para o título desta entrevista. Imagem disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1LodJhTbWWhqK8NgxKU68fLFFEQEqduHw?usp=sharing>. Acervo pessoal.

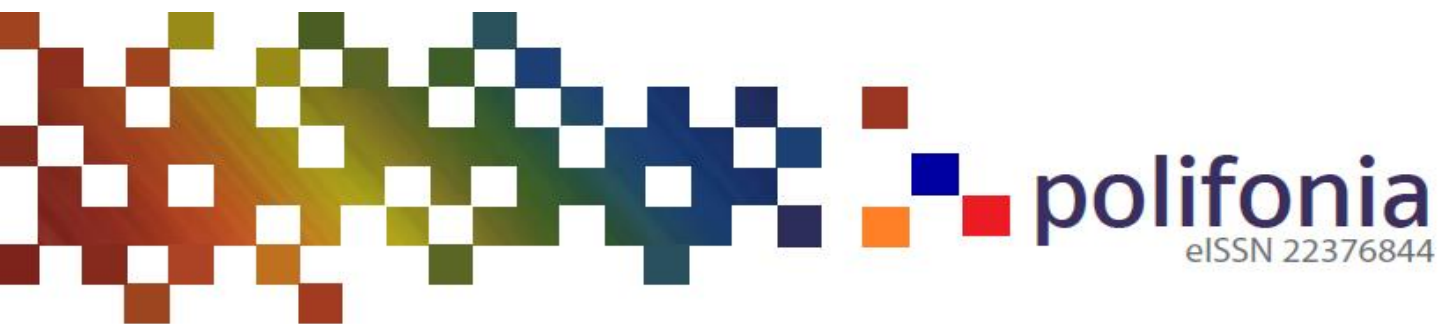


2017) de autoria da Profa. Dra. Marie-Anne Paveau, organizada pela Profa. Dra. Julia Lourenço e pelo Prof. Dr. Roberto Baronas, com o esforço de mais de vinte tradutoras/tradutores, sob o título *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas* (Pontes Editores, 2021). A obra ganhou ainda o *Prêmio Joaquim Mattoso Câmara Jr.*, da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), por oferecer “uma reconhecida contribuição de valor duradouro para a nossa compreensão das línguas ou da linguística do Brasil”.

Também em 2021, agora nas páginas impressas da Editora da Universidade Federal de São Carlos, a EdUFSCar, as duas pesquisadoras e o pesquisador em questão publicam a obra *Ressignificação em contexto digital*, alargando perspectivas e multiplicando os caminhos possíveis nos estudos discursivos sobre a resistência de sujeitos marginalizados.

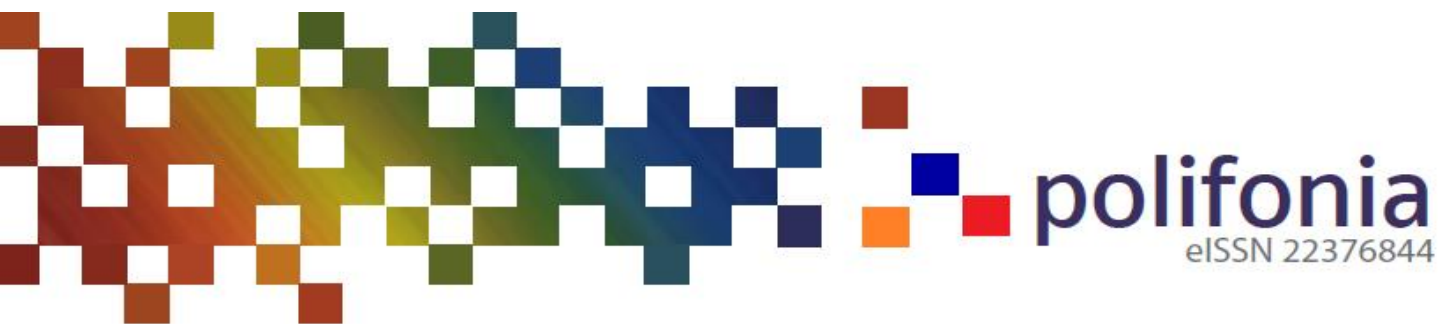
Estas páginas operam também como demonstração de afeto e admiração por uma pesquisadora que tanto propõe e realiza, deslocando lá e cá sentidos já-estabilizados, rompendo com ideias e ideais que não mais nos servem enquanto sujeitos de progresso.

**ENTREVISTADORES:** Primeiramente precisamos nitidificar a nossa gratidão e felicidade por dividir mais estas páginas contigo, Professora Julia, pois é sempre uma honra. Iniciamos nosso bate-papo retomando o já-dito: a resignificação enquanto um tecnodiscurso é um ato subversivo e potente de contra hegemonia – isso está posto já, não? Agora, por outro lado, ou melhor, do lado de cá das telas, a resignificação enquanto discurso pré-digital é tão potente mesmo quanto o é subversiva? Pois quando Paveau (2021, p. 38) elenca os critérios para que uma resposta possa ser considerada uma resignificação discursiva, a autora os determina como “linguístico-(tecno)discursivos”, com parênteses em “tecno”. O digital, então, enquanto um mecanismo de formulação, parte do caráter constituinte e sendo ele também o espaço de circulação do tecnodiscurso, torna a resignificação mais resignificação ou esses parênteses não alteram os alcances da resignificação quando pré-digital?



**JL:** Obrigada pela generosidade na apresentação! Quero marcar, neste percurso, as tantas pessoas com as quais posso debater ideias – como a Marie-Anne e o Baronas, pontualmente citadas –, que participam de todos os questionamentos, deslizes e proposições. Sublinho, ainda, a importância que os(as) alunas(os) da UFSCar têm na minha trajetória e, finalmente, reforço o argumento sobre o impacto que o fomento à pesquisa, a valorização da educação, ciência e tecnologia tem no desenvolvimento do nosso país. Agradeço também vocês, Lauro e Livia, pela troca profissional e afetiva e por mais esse espaço que visa expandir o diálogo. “Sempre no coletivo”.

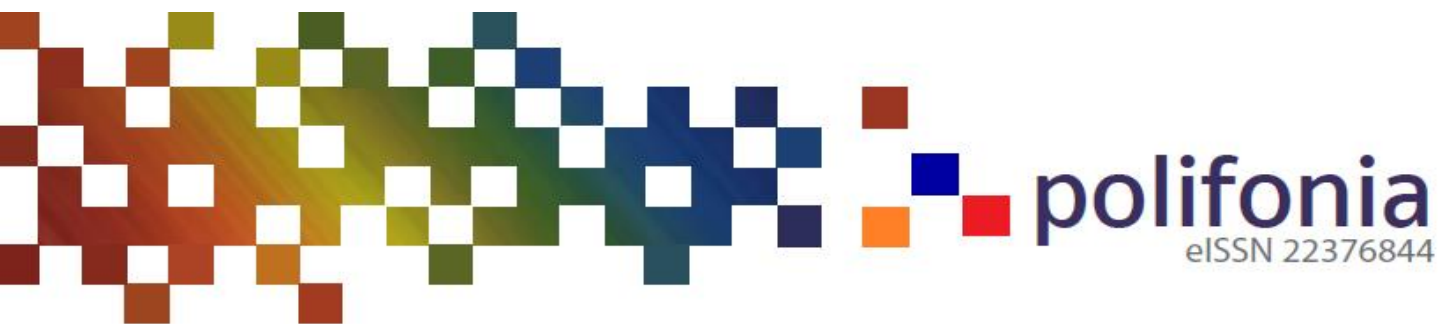
Dito isso, passo a comentar a questão que coloca em perspectiva, no interior do processo de ressignificação, a diferença do funcionamento do discurso pré-digital e do discurso digital. Começo fazendo essa distinção de forma bem sucinta, na esteira das propostas da Paveau (2021), para a qual, de um lado, o discurso digital é aquele produzido de modo intrínseco com os dispositivos técnicos, isto é, nos aparelhos conectados à internet e, por outro, o discurso pré-digital aquele que não foi necessariamente elaborado a partir das especificidades deste ambiente. Ressalto que há variadas referências sobre o tema, que adotam diversos pontos de vista, marcando posicionamentos dentro da própria análise do discurso, mas também da linguística aplicada, da semiótica, da sociolinguística, da análise crítica do discurso etc., tanto no Brasil como no exterior. No *Dicionário* citado na abertura da entrevista, a autora propõe seis características para explorar teórica e metodologicamente o discurso digital com base na análise do discurso, que são a: composição, deslinearização, ampliação, relacionalidade, investigabilidade e imprevisibilidade. Sem pressupor um livro hermético e dogmático, a autora estabelece seu ponto de vista sobre a questão, iniciando com tais características uma forma de abordagem do tema, que não pretende ser um manual para analisar o discurso digital, mas, sobretudo, um modo de pesquisa, inclusive alinhado ao próprio posicionamento da autora: habitar mais das fronteiras que as margens.



Com base nesse movimento entre a técnica e o discurso, Paveau elabora o conceito de resignificação que, segundo os exemplos analisados no livro *Ressignificação em contexto digital*, “[...] mobilizam particularmente a ampliação, a relacionalidade e a imprevisibilidade” (p. 20). Ela estabelece, portanto, o conceito de resignificação já com base nas propostas de sua obra anterior *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*, demonstrando, inclusive, um movimento interessante de pesquisa. Com base principalmente em Haraway (2000) e Butler (2004), fica cada vez mais evidente que resignificar sintagmas não é algo novo, tanto de um ponto de vista semântico quanto de um ponto de vista discursivo, mas quando Paveau elabora o conceito pensando no seu funcionamento como discurso digital e, mais especificamente, na circulação do discurso militante em ambiente digital, ela insere de modo crucial as características por ela anteriormente propostas para pensar o digital como pano de fundo do conceito de resignificação.

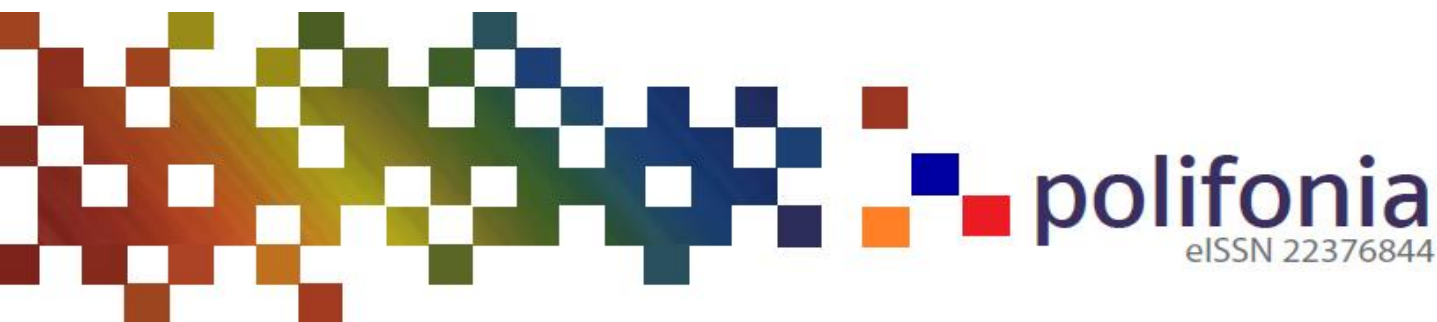
A meu ver as (re)leituras da proposta inicial podem (e devem) estabelecer outras perspectivas, como a que vocês pontuam na questão: a possibilidade da resignificação no discurso pré-digital, não prevista ou elaborada *a priori*. É relevante pensar dessa maneira, uma vez que o “discurso digital” não é um objeto em si, mas uma abordagem do “discurso” (ancorado na análise do discurso) no “digital” (sendo “digital” o ambiente no qual esse discurso foi produzido, fato que o impregna). Finalmente, compreendo a resignificação como funcionamento próprio do ambiente digital, uma vez que o conceito abrange as características específicas dos discursos nele produzidos, tal como a alta circulação dos discursos, a aceleração dos sentidos e, inclusive, a possibilidade do seu próprio esvaziamento.

**ENTREVISTADORES: Professora, um comentário comum quando se discute sobre questões sociais de ordem simbólica – como, por exemplo, sobre a importância de mobilizar os recursos linguísticos de maneira inclusiva a pessoas de diferentes gêneros – é o de que esses malabarismos linguísticos não vão concreta e efetivamente**



**alterar a realidade desses sujeitos que almejam atenuar as desigualdades políticas, econômicas e sociais. Isso fica explícito em certo trecho do livro *Ressignificação em contexto digital*, em que é citado Bersani ([1995] 1998, p. 71 *apud* PAVEAU; LOURENÇO; BARONAS, 2021, p. 27), um crítico à “subversão utópica” de Butler, quando argumenta que “é extremamente duvidoso que a resignificação, ou os gestos paródicos, possa inverter alguma coisa”. Nesse sentido, surge a pergunta: afinal, qual o objetivo da resignificação [e, por extensão, dessas outras práticas discursivas subversivas] e que mudanças ela traz a esses sujeitos imbricados nos dois lados da luta?**

**JL:** Para elaborar algo sobre a questão (e não respondê-la em si), vou usar como exemplo o segundo capítulo do livro, intitulado *#Elenão: a hashtag salamandra nos entremeios da política brasileira*, que está ancorado no contexto atual brasileiro. Sendo linguistas, nosso olhar, nosso posicionamento e nossas práticas no mundo estão imbuídas de uma perspectiva que parte do pressuposto da relação estabelecida entre linguagem e mundo, entre língua e realidade. Dessa maneira, a questão proposta comporta certa profundidade, uma vez que do ponto de vista adotado pela análise do discurso “[...] o que nos interessa é a ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica. Reconhecemos, desse modo, uma relação entre as duas ordens: a da língua, tal como a enunciamos, e a do mundo para o homem, sob o modo da ordem institucional (social) tomada pela história. O lugar de observação é a ordem do discurso” (Orlandi, 2007, p. 45). Enquanto seres humanos, nosso olhar volta-se para as mazelas que constatamos (e algumas vezes vivenciamos): a desigualdade social, a opressão de gênero, a fome, o desemprego, as violências de variados tipos, a desvalorização da educação etc. que no Brasil alcançaram níveis alarmantes nos últimos anos. Porém, enquanto linguistas, enquanto pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores, ancoradas(os) nas teorias do discurso, nosso objeto não é apenas da “ordem do mundo”, mas como ela é materializada na “ordem da língua” concretizando, enquanto discurso, a “ordem do



simbólico”, isto é, o lugar onde a língua é posicionamento, é ideologia, é o nosso “ser no mundo”.

Partindo desses pressupostos tão brevemente pontuados, a meu ver, a ressignificação, como conceito estabelecido a partir da análise do discurso, não pretende por si mesma restabelecer o funcionamento da sociedade, mas procura evidenciar como os sentidos são construídos e, principalmente como eles podem ser desmontados, reformulados, questionados. A ressignificação traz à luz a possibilidade de posicionamentos outros, contra a hegemonia estabelecida, uma vez que tem como pressuposto partir do discurso militante de grupos social e historicamente marginalizados. Essas práticas, já estabelecidas na análise do discurso, expandem-se com o conceito de ressignificação evidenciando suas características também enquanto discurso no digital.

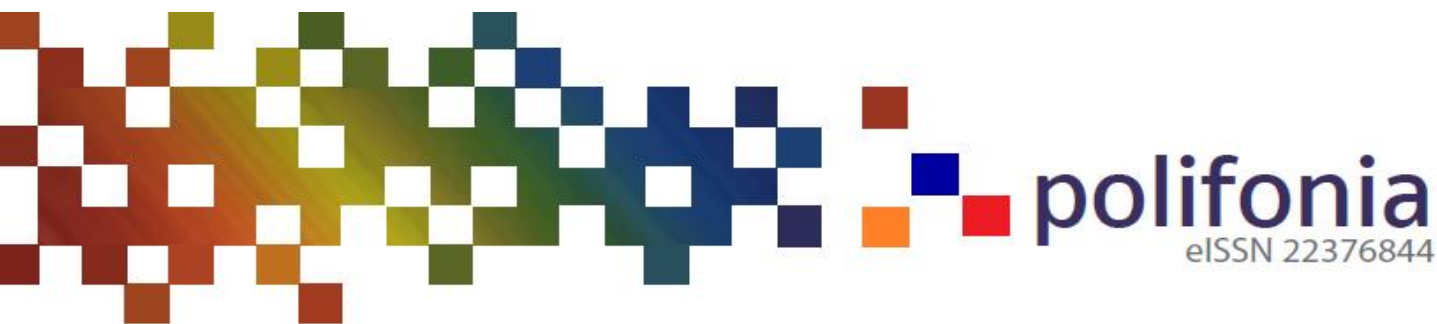
**ENTREVISTADORES: Quando percebo a mobilização das palavras “luta” e “agressão” para falar da ressignificação discursiva, professora, confesso que, por vezes, fico confuso, porque na prática é um ato tão respeitoso e pacificador que parece não adequado enquadrar isso numa cena bélica. Inclusive, instantaneamente me vem à cabeça dois trechos do ponto<sup>2</sup> de Umbanda<sup>3</sup> “Hino dos Orixás”, que, com maestria, diz “Eu sou de paz / mas sou um lutador / a minha lei quem dita é Xangô<sup>4</sup>”,**

---

<sup>2</sup> Os “pontos” de Umbanda são cânticos sagrados utilizados também nessa religião afro-brasileira para, dentre outras funções, convidar as entidades para trabalharem em terra, louvá-las e se despedir delas.

<sup>3</sup> A Umbanda é uma religião genuinamente brasileira, visto que emerge no contexto da colonização do Brasil, quando os povos escravizados praticavam suas crenças de modo que não apresentasse diferenças visíveis às crenças dos colonizadores. Assim, a Umbanda se constitui como uma mescla de crenças advindas de religiões africanas, indígenas, orientais e europeias que cultua um Deus único e suas manifestações na Terra (os chamados “Orixás”, nesta religião, são nada mais do que as diferentes energias da natureza).

<sup>4</sup> Xangô é um dos Orixás cultuados na Umbanda, isto é, a energia dos raios e trovões. Esse Orixá, então, protege e guia aqueles que são íntegros, puros em espírito e que prezam pela justiça. A imagem deste Orixá é replicada como um guerreiro de grande força. Com o sincretismo religioso brasileiro, no Cristianismo, Xangô é comumente associado à imagem de São Jerônimo ou São Pedro.



**e “Se a injustiça faz guerra de poder / Valha-me a espada de Ogum<sup>5</sup>, Ogunhê<sup>6</sup>”, porque tanto os trechos do cântico quanto os ideais constituintes da ressignificação nos orientam para compreender essa contra agressão como um ataque sem sangue, sem infligir dor intencionalmente, uma espécie de “luta fria”. Essa forma de combate às opressões, que combate sem agressão, que inflige sem infração, é típica da esquerda brasileira?**

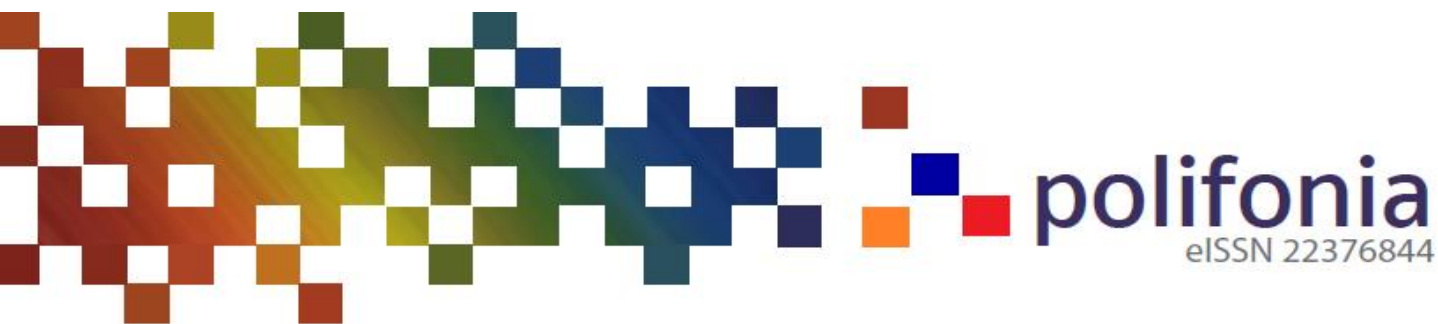
**JL:** Deixando de lado a questão religiosa (sobre a qual não tenho competência para comentar) e retomando a reflexão da pergunta anterior, um posicionamento “mais à esquerda” no Brasil, a meu ver, não prevê apenas a concretização de ações (importantíssimas), mas principalmente a mobilização de determinados sentidos, ideais e modos de vida que estão ancorados, em nível profundo, à uma visão democrática de sociedade. De modo bastante abreviado, acredito que a esquerda brasileira procura, essencialmente, a preservação do Estado democrático de direito, que foi insistentemente violentado nos últimos anos no Brasil, pois se opõe a atos que procuram minar o diálogo, promover abusos e dizimar corpos. Com base na oposição política – no sentido ideológico e não partidário do termo –, a democracia no Brasil não deixou de existir, mas está (ainda) em profunda crise, escancarando “[...] uma negatividade que põe em xeque o processo ou o sistema, mas que justamente por isso o confirma como algo que ainda existe e pode ser salvo, desde que a negatividade seja extirpada ou transformada em positividade” (Casara, 2017, p. 12).

Esse movimento dialético do próprio processo democrático mobiliza não só a pulsão de morte, que está na própria origem da agressão, da violência, da marginalização e do silenciamento, mas também a pulsão de vida, que é possível quando ancorada na

---

<sup>5</sup> Outro Orixá guerreiro, Ogum é a manifestação de Deus na força do fogo. Associado, por extensão, à luta e às conquistas, essa divindade protege todos os profissionais cujo trabalho exige manuseio de alguma ferramenta – especialmente de ferro. Com o sincretismo, Ogum é associado a São Jorge no Cristianismo.

<sup>6</sup> “Ogunhê” ou “Ogum yê!” é a saudação que os fieis dirigem a este Orixá. Em tradução livre, significa “Salve, Ogum!”.

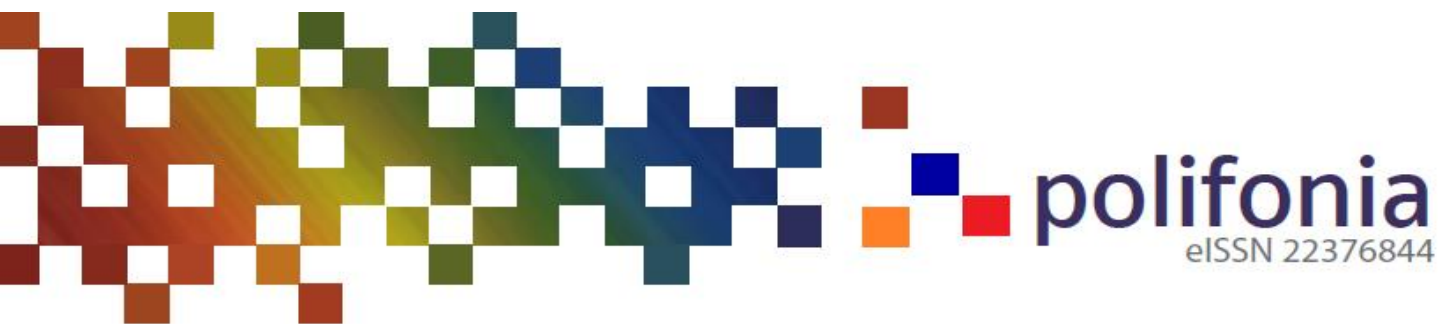


coletividade que partilha e semeia caminhos outros. Nesse paralelo, o conceito de ressignificação nunca pensa em um “combate sem agressão”, uma vez que o ato de ressignificar só é possível de surgir a partir das diversas agressões sofridas pelos sujeitos marginalizados e que quando colocadas na partilha da comunidade, na esfera da coletividade, emergem como possibilidade da construção de outros sentidos e posicionamentos. Tanto o processo de ressignificar, quanto a própria vivência política democrática na qual ele está ancorado, não são imunes aos próprios movimentos dos sentidos, que carregam em si contradições. Se a afirmação de que a esquerda brasileira “inflige sem infração” é verdadeira, ela só é possível porque parte, diferentemente de outras práticas no Brasil, da pulsão de vida, onde reside sua própria potência.

**ENTREVISTADORES:** Apesar da ressignificação discursiva não se tratar de um ato que intencionalmente inflige dor a esses sujeitos agressores - ao não se valer de agressões (das mais diversas ordens), mas sim, por outro lado, tornando a agressão-origem uma bandeira de luta, professora Julia, esse ato subversivo ataca, sim, esses sujeitos e seus ideais, ambos antidemocráticos. Percebemos isso quando da tentativa dos agressores de intensificar a agressão-origem da ressignificação, afinal, emerge uma resposta à resposta. Ainda que essa não seja, digamos, uma dor ética, essas respostas à ressignificação discursiva podem ser consideradas uma ressignificação da ressignificação? E as disputas subsequentes?

**JL:** A todo momento Paveau insiste no fato de que a possibilidade de haver ressignificação está alinhada ao processo de resposta dos grupos marginalizados aos variados processos de agressão e silenciamento que sofrem, ou seja, somente é possível ressignificar a partir de um posicionamento subalternizado (seja por questões de gênero, raça, classe, idade, origem etc.). Ainda que a crítica ao conceito possa ser feita com base no fato de que há impossibilidade, a partir da análise do discurso, de traçar um percurso entre o enunciado primeiro (agressivo, no caso do funcionamento do conceito de ressignificação) e o enunciado segundo (aquele de resposta à agressão sofrida, por meio

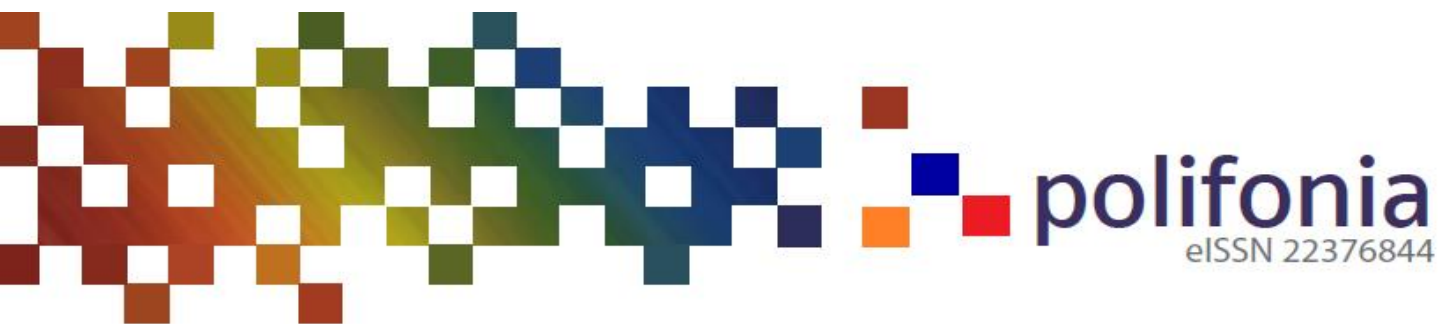




de uma inversão não só semântica, mas pragmático-política), o objetivo da proposta do conceito de ressignificação está ancorado em sublinhar os deslocamentos de sentido promovidos pelos discursos militantes. Dessa maneira, o primado do interdiscurso (Maingueneau, 2008), impede que esses momentos enunciativos sejam fixados, uma vez que a ressignificação pode, ainda, desencadear outros processos discursivos de resposta, contra-resposta e assim por diante.

Contudo, a meu ver, somente os desdobramentos alinhados a uma comunidade discursiva violentada pode se configurar como ressignificação; os discursos que mantêm um posicionamento agressivo não se configuram mais na concepção de ressignificar, conforme a proposta de Paveau, na medida em que estão já desancorados dessas comunidades minorizadas. Em algum momento do livro *Ressignificação em contexto digital* apontamos a possibilidade de uma hashtag salamandra que circula entre #elenão, #elesim, a potencialização e a inversão desses valores, sublinhando esse movimento próprio do discurso, a partir do qual a ressignificação recorta um percurso e estabelece as relações intra e interdiscursivas, em determinado espaço e tempo, com base na possibilidade deste enunciador coletivo.

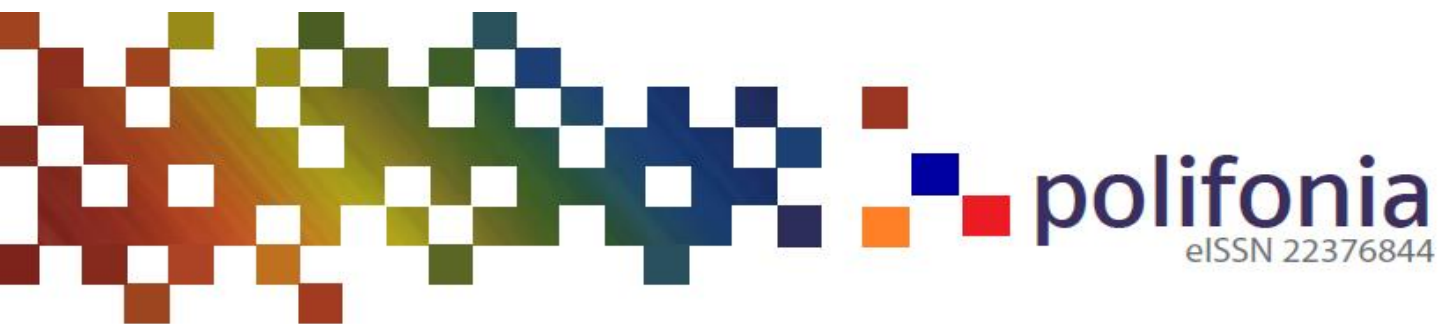
Desdobramentos de pesquisa podem aprofundar a questão, tal como o trabalho do Lauro, questionando, esmiuçando, propondo outras perspectivas e enriquecendo o debate sobre o tema da linguagem como possibilidade de contra-hegemonia. De toda forma, me parece sintomático o fato de que esse discurso violento (re)emerja no debate (provocando réplicas, tréplicas etc.), pois esse retorno concretiza a força da tentativa de silenciamento incessante que os sujeitos subalternizados vivenciam cotidianamente na defesa de sua identidade. Esses variados posicionamentos ancoram o conceito de discurso, que impossibilita o tracejamento de um começo, meio e fim dos sentidos, uma vez que ele está em constante movimento e transformação. E é apenas a partir dessa característica que a ressignificação torna-se possível.



**ENTREVISTADORES:** Realmente, Professora, trata-se de um campo riquíssimo, que abre inúmeras brechas para pensarmos as disputas de sentidos/poder. Agora nos voltando à análise das ressignificações que são nativamente digitais, uma orientação interessante é aquela de manter o maior número de metadados possíveis (no caso de *tweets*, por exemplo, replicá-los na análise em formato de captura de tela, de modo que deixe visível o número de curtidas, respostas e republicações; o horário e local geográfico de publicação *etc.*). No entanto, essa orientação pode esbarrar em exposições desnecessárias de certos dados de usuários e mesmo incitar o ódio a eles, não? Nesses casos, que saídas são possíveis?

**JL:** A internet borra muitos dos limites das nossas vidas e práticas, provocando uma reflexão sobre os dualismos que nos constituem enquanto sujeitos e sociedade; e uma dessas questões está relacionada com a identidade on-line. Sabemos que é impossível manter um anonimato completo com discursos produzidos em uma máquina, pois ela tem em si a capacidade técnica de armazenar várias informações, como o número IP, por exemplo. A identidade pode, inclusive, ser subvertida on-line, com a criação de pseudônimos ou avatares; porém, ainda que todos esses questionamentos sejam possíveis de serem feitos, uma questão é central: seja devidamente identificada ou não, nossa identidade na sociedade contemporânea é pós-dualista, isto é, somos seres “reais” e também seres “digitais”, somos constituídos por todos os afetos humanos, mas também pela técnica da máquina, pois nossas interações são, afinal, híbridas. Nesse contexto, a exposição de dados dos usuários pode ser pensada em muitas esferas (a do mercado, por exemplo, que comercializa metadados para estimular o capitalismo neoliberal com base na criação de perfis de consumidores(as); na política, onde perfis falsos são produzidos para disseminar o discurso de ódio ou ainda na mídia, que estimula a circulação das informações por meio do engajamento).

No contexto da pesquisa científica em Linguística, e mais especificamente nos pressupostos metodológicos de coleta de corpus, devemos partir do pressuposto de que todo dado usado para análise tem como base nossa interação pessoal do(a) pesquisador(a)



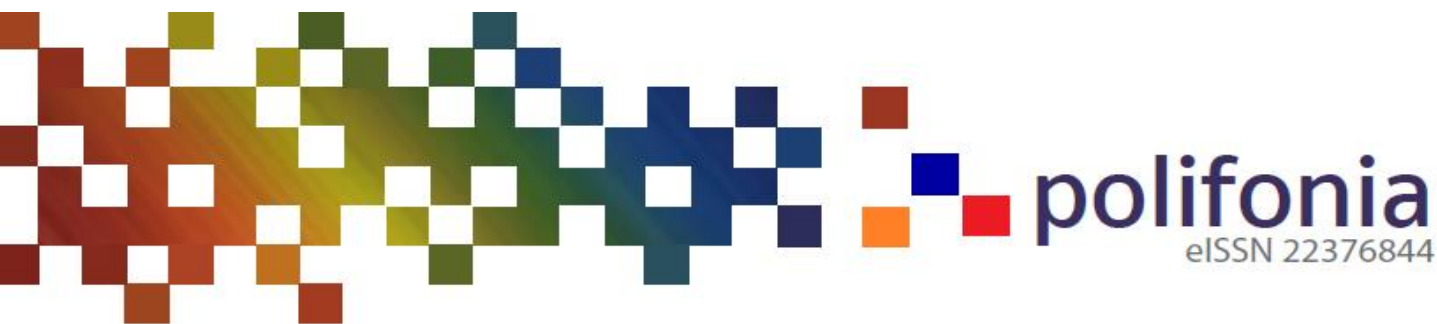
na rede, isto é, somos não só sujeitos que direcionam uma pesquisa, mas também sujeitos que participam dessa interação cotidiana e, portanto, estamos nela implicados. Dessa forma, os limites entre os dados coletados para análise devem respeitar o estabelecimento entre o público e o privado conforme escolha das pessoas que publicam na internet, inclusive porque há leis específicas sobre a exposição on-line. A captura de tela completa tem se demonstrado como um potencial metodológico desse discurso no ambiente digital e anonimizar os dados utilizando ferramentas visuais (encobrindo nome do perfil e foto, por exemplo) parece ser um bom caminho para uma pesquisa ética no e sobre o digital. Não tenho certeza se respondi! Então vou deixar uma indicação de leitura para pensar sobre a construção do corpus no pré-digital e no digital. É um texto que Livia Falconi-Pires e eu redigimos intitulado *Twitter ontem e hoje: observações metodológicas críticas*<sup>7</sup>, no qual nós expomos algumas ideias que dialogam com o tema.

**ENTREVISTADORES:** Para encerrarmos essa entrevista, professora, achamos oportuno nos determos num dos sete critérios elencados pela Profa. Paveau na delimitação do que é uma ressignificação discursiva, a saber, o critério enunciativo, que afirma que “o sujeito agredido é a origem enunciativa da resposta” (PAVEAU, LOURENÇO, BARONAS, p. 38). Em casos de ofensa à Dilma Rousseff e à Érika Hilton e/ou a Jean Wyllys e a Paulo Gustavo, pensando em exemplos hipotéticos, que são figuras públicas que trazem à tona debates sobre questões sociais, somente esses sujeitos poderiam iniciar o processo de ressignificação discursiva?

**JL:** De forma alguma. Ainda que as figuras públicas citadas detenham um lugar na sociedade que os(as) estabelece como referências de luta política e, portanto, com maior visibilidade nos temas que abordam, a ressignificação não trata apenas de um acontecimento político, de amplitude pragmático-política — para lembrar um dos sete

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/67202/34733>. Acesso em: 14 fev. 2023.



critérios do conceito — mas aborda, sobretudo, nossos atos diários de embate. Ainda que as esferas de maior poder sejam as que efetivamente estabelecem as mudanças, a meu ver, a resignificação está ancorada na possibilidade de que outros pontos de vista emergjam, possibilitando a maior horizontalização das pautas, isto é, a maior participação do povo na sua prática cidadã, que está no próprio princípio democrático. A resignificação, como abordamos em algum momento da entrevista, parte do modo como grupos minorizados reformulam o sentido que as práticas opressoras implicam, a partir do seu próprio lugar de enunciação (Fontana, 2018), das suas vivências, do seu lugar no mundo. Dessa maneira, o funcionamento do próprio discurso estabelece esses embates pelo sentido, que ancoram posicionamentos políticos e então, neste contexto, resignificar é um ato de resistência que acontece na medida em que a esfera do individual é concebida, mobilizada e analisada enquanto prática cotidiana concretizada “sempre no coletivo”.

**ENTREVISTADORES:** Então, é com a resistência, “sempre no coletivo” materializada na prática de resignificação que finalizamos esta profícua entrevista. Agradecemos pela interlocução e pela possibilidade de pensarmos os estudos da resignificação no digital e na contemporaneidade.

## Referências

BUTLER, Judith. *Le pouvoir des mots. Politique du performatif*. trad. C. Nordmann, Paris, Éditions Amsterdam, 2004 [1997].

CASARA, Rubens. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FONTANA. Mônica Zoppi. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Revista Conexão Letras*, 12(18), 2018.



HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. da (Org.). In: *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

ORLANDI, Eni. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5a Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PAVEAU, Marie-Anne; LOURENÇO, Julia; BARONAS, Roberto Leiser. *Ressignificação em contexto digital*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Org. trad. LOURENÇO, Julia; BARONAS, Roberto. Campinas, SP. Editora Pontes, 2021.